

ABREVIATURAS	7
INTRODUÇÃO	9
Secção I – O Direito das Obrigações e a definição legal de obrigação	11
1. A definição de obrigação	11
2. Objecto e características do Direito das Obrigações	13
Secção II – Princípios gerais do Direito das Obrigações	19
1. O princípio da autonomia privada	19
1.1. A autonomia privada e o negócio jurídico	19
1.2. A liberdade contratual e os seus conteúdos	21
1.3. Restrições à liberdade contratual	23
1.3.1. Generalidades	23
1.3.2. Restrições à liberdade de celebração	25
1.3.3. Restrições à liberdade de estipulação. Contratos submetidos a um regime imperativo, cláusulas contratuais gerais e contratos pré-formulados	27
A) Contratos submetidos a um regime imperativo	28
B) Cláusulas contratuais gerais	29
C) Os contratos pré-formulados	45
2. O princípio do ressarcimento dos danos	47
3. O princípio da restituição do enriquecimento injustificado	50
4. O princípio da boa fé	52
5. O princípio da responsabilidade patrimonial	55
Secção III – Conceito e estrutura da obrigação	63
1. Generalidades	63
2. As teorias personalistas	64
2.1. O crédito como um direito sobre a pessoa do devedor	64
2.2. O crédito como um direito à prestação (teoria clássica)	66
3. As teorias realistas	67
3.1. O crédito como um direito sobre os bens do devedor	67
3.2. O crédito como relação entre patrimónios	71

3.3. O crédito como um direito à transmissão dos bens do devedor	72
3.4. O crédito como expectativa da prestação, acrescida de um direito real de garantia sobre o património do devedor	75
4. As teorias mistas	76
5. As doutrinas sustentando a complexidade do vínculo obrigacional	81
5.1. A obrigação como organismo, como estrutura e como processo	81
6. Posição adoptada	84
Secção IV – Características da obrigação	87
1. Generalidades	87
2. A patrimonialidade	87
3. A mediação ou colaboração devida	90
4. A relatividade	91
5. A autonomia	95
6. Conclusão	96
Secção V – Distinção entre direitos de crédito e direitos reais	97
1. A distinção entre direitos de crédito e direitos reais	97
2. A questão dos direitos pessoais de gozo	100
Secção VI – Objecto da obrigação: a prestação	107
1. Delimitação do conceito de prestação	107
2. Requisitos legais da prestação	108
2.1. Generalidades	108
2.2. Possibilidade física e legal	109
2.3. Licitude	110
2.4. Determinabilidade	110
2.5. Não contrariedade à ordem pública e aos bons costumes	112
Secção VII – A complexidade intra-obrigacional e os deveres acessórios de conduta	113
Secção VIII – Modalidades de obrigações	117
1. As obrigações naturais. Problemática da sua inserção no conceito de obrigação	117
2. Classificação das obrigações em função dos tipos de prestações	122
2.1. Generalidades	122
2.2. Prestações de coisa e prestações de facto	122
2.3. Prestações fungíveis e prestações infungíveis	125
2.4. Prestações instantâneas e prestações duradouras	127
2.5. Prestações de resultado e prestações de meios	130

2.6. Prestações determinadas e prestações indeterminadas	132
2.6.1. Generalidades	132
2.6.2. As obrigações genéricas	134
2.6.3. As obrigações alternativas. Distinção das obrigações com faculdade alternativa	140
2.7. As obrigações pecuniárias	144
2.7.1. Generalidades	144
2.7.2. Obrigações de quantidade	145
2.7.3. Obrigações em moeda específica	149
2.7.4. Obrigações em moeda estrangeira	150
2.8. Obrigações de juros	150
3. Indeterminação e pluralidade de partes na relação obrigacional	154
3.1. A indeterminação do credor na relação obrigacional	154
3.2. A pluralidade de partes na relação obrigacional	155
3.2.1. Generalidades	155
3.2.2. As obrigações conjuntas ou parciárias	156
3.2.3. As obrigações solidárias	157
3.2.3.1. Generalidades	157
3.2.3.2. O regime da solidariedade passiva	159
A) Nas relações externas	159
B) Nas relações internas	160
3.2.3.3. O regime da solidariedade activa	161
A) Nas relações externas	161
B) Nas relações internas	162
3.2.4. As obrigações plurais indivisíveis	163
3.2.5. Outras modalidades de obrigações plurais	164

PARTE I

DA CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

Secção I – Classificação das fontes das obrigações	169
1. As diversas classificações de fontes das obrigações	169
2. Posição adoptada	172
Secção II – Fontes das obrigações baseadas no princípio da autonomia privada	177
1. O contrato	177
1.1. Generalidades	177
1.2. Modalidades de contratos	179
1.2.1. Classificação dos contratos quanto à forma	179

1.2.2. Classificação dos contratos quanto ao modo de formação	181
1.2.3. Classificação dos contratos quanto aos efeitos	184
1.2.3.1. Contratos obrigacionais e reais	184
1.2.3.2. A cláusula de reserva de propriedade	187
1.2.4. Classificação dos contratos entre sinalagmáticos e não sinalagmáticos	192
1.2.5. Classificação dos contratos entre onerosos e gratuitos	194
1.2.6. Classificação dos contratos entre comutativos e aleatórios	196
1.2.7. Contratos nominados e inominados. Contratos típicos e atípicos	196
1.2.7. Contratos mistos	198
1.2.8. A união de contratos	202
1.3. Os contratos preliminares	203
1.3.1. Generalidades. Distinção entre contratos preliminares e contratação mitigada	203
1.3.2. O contrato-promessa	204
1.3.2.1. Noção e regime aplicável. O princípio da equiparação	204
1.3.2.2. Modalidades de contrato-promessa	207
1.3.2.3. Forma do contrato-promessa	207
1.3.2.4. Transmissão dos direitos e obrigações emergentes do contrato-promessa	214
1.3.2.5. Articulação com o regime do sinal	218
A) Sinal e antecipação do cumprimento	218
B) Funcionamento do sinal. O regime do art. 442.º	220
C) Funções do sinal	229
1.3.2.6. A atribuição do direito de retenção ao promitente que obtive a tradição da coisa	231
1.3.2.7. A eficácia real do contrato-promessa	233
1.3.3. Pacto de preferência	236
1.3.3.1. Noção e qualificação jurídica	236
1.3.3.2. Forma do pacto de preferência	237
1.3.3.3. Os direitos de preferência com eficácia real	237
1.3.3.4. A obrigação de preferência	238
1.3.3.5. A violação da obrigação de preferência	243
A) A indemnização por incumprimento em caso de simples eficácia obrigacional	243
B) A acção de preferência em caso de haver eficácia real	243
1.3.3.6. A natureza da obrigação de preferência	248
1.4. O conteúdo dos contratos	249
1.4.1. Contrato a favor de terceiro	249
1.4.1.1. Definição e estrutura do contrato a favor de terceiro	249
1.4.1.2. Modalidades de contrato a favor de terceiro	251

1.4.1.3. O regime normal do contrato a favor de terceiro	251
1.4.1.4. Regimes especiais	254
A) A promessa de liberação de dívida como falso contrato a favor de terceiro	254
B) As promessas em benefício de pessoas indeterminadas ou no interesse público	255
C) A promessa a cumprir depois da morte do promissário	255
1.4.2. O contrato para pessoa a nomear	257
1.4.2.1. Noção e regime	257
1.4.2.2. Natureza jurídica	258
2. Negócios unilaterais	259
2.1. O problema da eficácia dos negócios unilaterais	259
2.2. Promessa de cumprimento e reconhecimento de dívida	262
2.3. Promessa pública	263
2.4. Concurso público	265
Secção III – Fontes das obrigações baseadas no princípio do ressarcimento dos danos	267
1. A responsabilidade civil como fonte das obrigações. Classificações da responsabilidade civil	267
2. A responsabilidade civil por factos ilícitos	271
2.1. A responsabilidade delitual	271
2.1.1. Pressupostos genéricos da responsabilidade delitual	271
2.1.1.1. O facto voluntário do lesante	271
2.1.1.2. A ilicitude	273
A) Generalidades	273
B) A ilicitude por violação de direitos subjectivos	276
C) A ilicitude por violação de normas de protecção	280
D) Os tipos delituais específicos	281
E) As causas de exclusão da ilicitude	287
2.1.1.3. A culpa	295
A) Definição de culpa	295
B) A imputabilidade como pressuposto da culpa e o regime da responsabilidade dos inimputáveis	296
C) O dolo e a negligência	297
D) Critérios de apreciação e graduação da culpa	302
E) Prova da culpa	304
F) Causas de exclusão da culpa	309
G) O concurso da culpa do lesado	311
2.1.1.4. O dano	313
A) Definição de dano	313
B) Dano em sentido real e dano em sentido patrimonial	313

C) Danos emergentes e lucros cessantes	315
D) Danos presentes e danos futuros	315
E) Danos patrimoniais e danos não patrimoniais	316
F) A morte como dano	318
2.1.1.5. O nexo de causalidade entre o facto e o dano	322
A) O problema do nexo de causalidade	322
B) As diversas concepções relativas ao nexo de causalidade	323
C) Os processos causais virtuais	326
2.2. A responsabilidade obrigacional	328
2.3. A "terceira via" na responsabilidade civil	330
2.3.1. A admissão de uma terceira via na responsabilidade civil	330
2.3.2. A responsabilidade pré-contratual	333
2.3.3. A culpa post pactum finitum	339
2.3.4. O contrato com eficácia de protecção para terceiros	340
2.3.5. A relação corrente de negócios	340
3. A responsabilidade pelo risco	341
3.1. O fundamento da imputação pelo risco	341
3.2. Casos de responsabilidade pelo risco	342
3.2.1. A responsabilidade do comitente	342
3.2.2. A responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas	347
3.2.3. Danos causados por animais	348
3.2.4. Danos causados por veículos	350
3.2.4.1. Danos causados por veículos de circulação terrestre	350
A) Pressupostos da responsabilidade pelo risco	350
B) Casos de exclusão da responsabilidade	351
C) Beneficiários da responsabilidade	353
D) Limites da responsabilidade pelo risco	354
E) A hipótese de ocorrência de responsabilidade por culpa	355
F) A colisão de veículos	358
G) Pluralidade de responsáveis pelo dano	360
3.2.4.2. Danos causados por outros veículos	361
A) Embarcações de recreio	361
B) Navios	362
C) Aeronaves	363
D) Ultraleves	365
3.2.5. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia eléctrica ou de gás	366
3.2.6. A responsabilidade do produtor	368
4. A responsabilidade pelo sacrifício	373
5. A obrigação de indemnização	375
5.1. Generalidades	375

5.2. Formas de indemnização	376
5.3. Titularidade do direito de indemnização	378
5.4. Prescrição da obrigação de indemnização	380
Secção IV – Fontes das obrigações baseadas no princípio da restituição do enriquecimento injustificado	381
1. O enriquecimento sem causa como fonte das obrigações	381
2. Configuração dogmática do instituto	383
A) A teoria unitária da deslocação patrimonial	383
B) A teoria da ilicitude	385
C) A doutrina da divisão do instituto	388
D) Posição adoptada	393
3. Modalidades de enriquecimento sem causa	393
3.1. O enriquecimento por prestação	393
3.1.1. Conceito e modalidades típicas	393
3.1.2. A repetição do indevido	395
3.1.3. A restituição da prestação por posterior desaparecimento da causa	398
3.1.4. A restituição da prestação por não verificação do efeito pretendido	399
3.1.5. O problema das atribuições patrimoniais indirectas	401
3.2. O enriquecimento por intervenção	402
3.2.1. Conceito e situações abrangidas	402
3.2.2. Configuração dogmática	406
3.3. O enriquecimento resultante de despesas efectuadas por outrem	410
3.3.1. Generalidades	410
3.3.2. O enriquecimento por incremento de valor de coisas alheias	410
3.3.3. O enriquecimento por pagamento de dívidas alheias	413
3.3.4. A necessidade de tutela do enriquecido contra a imposição do enriquecimento	415
3.4. O enriquecimento por desconsideração de património	418
4. Pressupostos genéricos do enriquecimento sem causa	419
4.1. Generalidades	419
4.2. O enriquecimento	419
4.3. A obtenção do enriquecimento à custa de outrem	423
4.4. A ausência de causa justificativa	428
5. A obrigação de restituição por enriquecimento sem causa	431
5.1. Objecto da obrigação de restituição	431
5.1.1. Concepção real e concepção patrimonial da restituição	431
5.1.2. Posição adoptada	436
A) A variação da obrigação de restituição nas várias categorias de enriquecimento sem causa	436

B) A restituição do obtido à custa do empobrecido	437
C) A restituição do valor correspondente, em caso de impossibilidade de restituição em espécie	440
D) A aplicação do limite do enriquecimento em caso de boa fé do enriquecido	442
5.2. Agravamento da obrigação de restituir	447
5.3. Transmissão da obrigação de restituir	451
5.4. Prescrição do direito à restituição	453
 Secção V – Situações específicas de fontes de obrigações não baseadas em princípios gerais	455
1. Generalidades	455
2. A gestão de negócios	455
2.1. Conceito e função da gestão de negócios	455
2.2. Pressupostos da gestão de negócios	457
2.2.1. Análise geral	457
2.2.2. A assunção da direcção de negócio alheio	457
A) A actividade de gestão de negócios e o tipo de actos que dela são objecto	457
B) A alienidade do negócio	458
2.2.3. A exigência de que a gestão se faça no interesse e por conta do dominus	459
A) A utilidade da gestão	459
B) A intenção de gestão	460
2.2.4. A falta de autorização	461
2.3. Deveres do gestor para com o dono do negócio	462
2.4. A responsabilidade do gestor	465
2.5. Deveres do dono do negócio para com o gestor	466
2.6. A aprovação da gestão	467
2.7. Posição do dono do negócio em face de terceiros	468
2.7.1. Generalidades	468
2.7.2. A gestão de negócios representativa	468
2.7.3. A gestão de negócios não representativa	470
2.8. A gestão de negócios alheios julgados próprios e a gestão de negócios imprópria	470
3. Relações contratuais de facto	472
3.1. Conceito e modalidades	472
3.2. Apreciação da necessidade de autonomização dogmática desta categoria	479
4. Outras situações de facto	481
 BIBLIOGRAFIA DO VOLUME I	483